



PDUI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
AGLOMERAÇÃO URBANA DE PIRACICABA

Relatório Grupo de Trabalho

Meio Ambiente

Macrodiretrizes do Eixo

Seguem abaixo as macrodiretrizes para o eixo de Meio Ambiente propostas pelo GT durante sua 3ª reunião e pela Emplasa:

Saneamento básico

- 1) O município deve promover em conjunto com a operadora dos serviços a busca da universalização do acesso ao saneamento básico em áreas regulares e a serem regularizadas;
- 2) O município deve em conjunto com a operadora dos serviços estabelecer metas para redução nas perdas de água referentes ao sistema de distribuição de água para o abastecimento, visto que alguns municípios apresentam alto índice de perda;
- 3) O município deve em conjunto com a operadora dos serviços criar programas para a extinção do despejo de esgoto in natura nos cursos d'água.

Detalhamentos:

- Onde houver rede pública, as Secretarias de Saúde, a qual tem esta atribuição, devem ser acionadas para acompanhar a ligação do imóvel residencial;
 - No caso de afluentes industriais, acionar as Secretarias de Meio Ambiente, para que seja feito tratamento adequado ou o encaminhamento para a rede pública, isso quando não prejudicar o tratamento público;
- 4) Elaborar um Plano Regional de Resíduos Sólidos para a Aglomeração Urbana de Piracicaba, atendendo aos requisitos da Política nacional de meio Ambiente, especialmente seu Art. 19;

Detalhamentos:

- Os municípios da AUP devem implantar gradativamente coleta seletiva para diminuir o envio de resíduos para os aterros sanitários;
- Melhorar a qualidade dos aterros sanitários da região;
- Implantar um Programa de Logística Reversa;

- Incentivar que os dados necessários para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos estejam disponíveis para os municípios a partir de um banco de dados regional;
- 5) Estimular alternativas de tratamento e utilização de matéria orgânica (lixo orgânico e lodo de ETE e ETA e industriais) na geração de energia e como condicionador do solo ou alternativa para diminuir o envio aos aterros sanitários;
 - 6) Promover estudos e ações de prevenção aos eventos hidrológicos extremos e ao ordenamento do uso do solo, visando minimizar danos relacionados à enchentes e inundações e a proteção das bacias hidrográficas, realizando projetos e obras específicas;
 - 7) Os municípios e as operadoras de saneamento devem promover a adequação Ambiental das propriedades rurais localizadas em mananciais hídricos de abastecimento público, ou seja, a conservação dos solos, o saneamento rural e a restauração de áreas protegidas, como Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal;
 - 8) Destacar diretrizes de RCC a partir da Proposta 15, caso for possível;

Recursos hídricos

- 1) Garantir outras alternativas de abastecimento de água em períodos de escassez ou de estresse hídrico;
- 2) Desenvolver instrumentos para garantir a preservação e proteção dos mananciais;
- 3) Promover estratégias e ações para o reaproveitamento e reuso da água, bem como a recarga em boa qualidade dos cursos d'água;

- 4) Promover ações para minimizar a quantidade de elementos poluentes e contaminantes nos recursos hídricos;
- 5) Ordenar a expansão da mancha urbana de alguns municípios nas áreas dos mananciais para abastecimento de água e das nascentes;
- 6) Planejar a restauração de matas ciliares e criar novas UCs para garantir a qualidade e quantidade de águas;
- 7) Aumentar a reservação de água para os municípios com captação superficial, a fim de evitar a escassez de água em época de estresse hídrico;
- 8) Promover um programa para criar e fiscalizar áreas protegidas.

Patrimônio paisagístico

- 1) Incentivar a criação de unidades de conservação no entorno dos principais cursos d'água e nascentes, a fim de recuperar a vegetação e assegurar água limpa;
- 2) Incentivar a compra de áreas privadas ao entorno das cabeceiras do Rio Corumbataí, para criação de Unidades de Conservação;
- 3) Estimular a criação de Planos de Manejo nas UCs existentes;
- 4) Estimular a criação de incentivos financeiros para proprietários aumentarem áreas de vegetação e criarem corredores ecológicos de Reserva Legal ou RPPNs nas áreas de maior interesse ambiental;
- 5) Estimular a elaboração de bons planos de recuperação ambiental para as áreas impactadas com a extração de argila, considerando usos diversificados;
- 6) Criar corredores ecológicos e Unidades de Conservação na porção sudoeste e leste da AUP;

- 7) Conter a poluição e desmatamento através do maior controle por parte do poder público, com adoção de novas tecnologias, cooperação entre o setor público-privado e universidades;
- 8) Incentivar a atividade agropastoril sustentável através do Pagamento por Serviços Ambientais;
- 9) Conter o avanço da mancha urbana e da agropecuária nas Unidades de Conservação, sobretudo na bacia hidrográfica do rio Corumbataí.

Poluição do Ar

- 1) Identificar mineradores de argila ilegais, a fim de legaliza-los e oferecer capacitação para adequação do modo de extração e beneficiamento;
- 2) Incentivar a adoção de novas tecnologias para todos os processos de fornecimento de argila para a indústria da cerâmica;
- 3) Promover a melhoria das vias intermunicipais que ainda não possuem pavimentação e sinalização;
- 4) Apoiar a criação de novas tecnologias que possam substituir a queima da cana-de-açúcar, além de aumentar a fiscalização e cumprimento das normas para a queima.

Estatísticas do Grupo

Tabela 1: Reuniões dos GTs

Data	Local	Participantes
13/12/2017	Polo Limeira – Câmara Municipal Rua Pedro Zaccaria, 70 – Jardim Santa Luiza	7
	Polo São Paulo – Emplasa Rua Boa Vista, 150 – 1º andar – Centro	5
06/03/2018	Polo Limeira – Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp Rua Pedro Zaccaria, 1300 – Sala UL80 – Jardim Santa Luiza	11
	Polo São Paulo – Emplasa Rua Boa Vista, 150 – 1º andar – Centro	7
09/05/2018	Polo Limeira – Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp Rua Pedro Zaccaria, 1300 – Sala UL80 – Jardim Santa Luiza	12
	Polo São Paulo – Emplasa Rua Boa Vista, 150 – 1º andar – Centro	6